

EM BUSCA DA RACIONALIDADE PERDIDA

Carlos Pimenta

Jun-99

Resumo:

O conceito de racionalidade é, enquanto axioma, hipótese de trabalho ou opção estudada, fundamental na construção do objecto teórico da Economia Política e na leitura, descritiva ou interpretativa, dos homens em sociedade.

Mostradas as ambiguidades, imprecisões e equívocos do conceito de racionalidade económica, chamada a atenção para a conflitualidade interna da disciplina e a natureza idealista e individualista da corrente dominante (o neoclassicismo) sugerem-se alguns percursos alternativos de investigação.

A concentração da atenção na realidade Humana, a alteração das lógicas e metodologias de observação, o estudo da racionalidade dos marginalizados pela teoria económica (a grande maioria) e uma nova leitura do que podem ser as leis económicas, o apelo à interdisciplinaridade e à revisão metodológica são aspectos sugeridos.

Résumé

Le concept de rationalité est fondamental pour la construction de l'objet théorique de l'Économie Politique et pour la lecture, descriptive ou interprétative, des hommes en société. Il est fondamental soit comme axiome, soit comme hypothèse de travail, soit encore comme objet d'étude.

On montre les ambiguïtés, les imprécisions et les équivoques actuels du concept de rationalité. On rappelle la conflitualité interne de la discipline et la nature idéaliste et individualiste de la pensée économique dominante (les néoclassiques). On fait quelques suggestions de chemins alternatives de recherche.

La concentration de l'attention sur la réalité humaine, le changement des logiques et méthodologies d'observation, la recherche sur la rationalité des marginalisés par la théorie économique (la majorité) et une nouvelle lecture de la signification des lois scientifiques, l'appel à l'interdisciplinarité et à la révision méthodologique sont des chemins suggérés dans l'article.

Keywords: racionalidade, epistemologia, leis, metodologia

1. Introdução

1.1. Quesnay, ao escrever o Quadro Económico em 1759, pela primeira vez articulou um conjunto de conhecimentos sobre a produção, troca, distribuição do rendimento e consumo e explicitou as leis objectivas – entendidas como independentes da vontade real – que conduziam esses processos, permitindo simultaneamente a reprodução do sistema social representado no seu modelo. Se à sua lucidez e formação científica de médico devemos uma parte deste corte epistemológico que fez nascer uma nova ciência, talvez as razões fundamentais se encontrem num conjunto de factores histórico-sociais que vão desde a laicização da sociedade ao desenvolvimento das forças produtivas.

Abria-se o caminho de um novo conhecimento da sociedade que a pouco e pouco se foi especializando com a construção de um objecto teórico que o individualizava. Adam Smith veio completar a obra iniciada por Quesnay, explicando como é que a revolução industrial, assente na indústria transformadora, contribuía para o aumento da riqueza das nações sem em nada contribuir para o aumento da matéria disponível. A riqueza desmaterializava-se para radicar as suas origens nas relações entre os homens (divisão social do trabalho) e nas relações que estes estabelecem com os bens (numa relação homem-bem ou numa relação-entre-os-homens-atraves-dos-bens). A actividade dos homens estudada pela ciência nascente fazia-se através da manifestação de vontade de cada um e pela existência de mecanismos automáticos que garantiam a conciliação dos comportamentos dispares.

Desde então tem sido uma longa caminhada de ampliação do objecto de estudo, de refinamento das técnicas e metodologias, de luta entre a realidade social e as teorias, e entre estas. Qualquer listagem dos economistas dignos de serem focados num tão breve apanhado peca por falta e por uma leitura inevitavelmente tendenciosa da história da Ciência Económica. Mas será legítimo focar Ricardo com a sua teoria da distribuição do rendimento e, sobretudo, com a consolidação do modelo hipotético-dedutivo. Marx com o desenvolvimento até às últimas consequências das tendências iniciadas por Ricardo, no quadro de uma leitura crítica que permite uma postura classista diferente. Menger com a defesa metodológica do individualismo e o deslocamento da relação-entre-os-homens para a relação homem-bem através da sobrevalorização da utilidade marginal. Walras com o retorno de uma leitura do conjunto da sociedade assente nos novos princípios metodológicos. Marshall com a tentativa de uma leitura realista e multiforme da sociedade industrial, assente na autonomia relativa de quem procura e quem oferece. Keynes com a demonstração de que o automatismo dos mecanismos de autoreprodução da sociedade podem ser entravados pela rigidez institucional e pela ilusão monetária. Robbins sistematizando numa definição as tendências de associar a Economia¹ à escassez e à boa gestão individual dos

¹ Utilizamos indiferentemente as designações Economia, Ciência Económica e Economia Política, embora prefiramos esta última.

recursos. Sraffa insistindo sobre a circularidade dos circuitos económicos e na possibilidade de autoreprodução. Samuelson com a síntese entre escolas neoclássicas e keynesianas e a formulação positivista da teoria das preferências reveladas.

A história da Economia é a descrição e a interpretação de um conjunto de continuidades e rupturas, de revoluções e contra-revoluções científicas a que tem correspondido desde sempre a coexistência de diferentes paradigmas - expressando, directa ou indirectamente, diversos interesses de classes e grupos sociais, associados às suas consciências possíveis da realidade social, na qual são sujeitos e objectos científicos. A dominância relativa de uns paradigmas sobre os outros são a expressão de múltiplos factores que frequentemente pouco têm a ver com a capacidade explicativa ou previsional de cada uma delas. A Economia é uma ciência marcada por uma profunda conflitualidade interna.

1.2. Entre esta grande diversidade de leituras encontramos alguns traços comuns que se identificam com a própria especialidade científica da Economia. Do ponto de vista metodológico² aplicou a desagregação do conjunto nos seus elementos constitutivos, considerados per si, aplicando ao estudo de cada um destes a condição *ceteris paribus*³, subestimou a diversidade da realidade estudada concentrando a atenção nos elementos considerados comuns ou mais frequentes. O método hipotético-dedutivo é o mais generalizado. Do ponto de vista de conteúdo procurou interpretar os comportamentos sociais manifestados e explicitar os mecanismos sociais, ou interindividuais, de compatibilização de vontades e movimentos diferentes. A fundamentação dos comportamentos encontra-se na Racionalidade e os mecanismos de compatibilização são designados de Mercado.

A concepção que cada paradigma tem da Racionalidade e de Mercado constrói, simultaneamente, uma certa leitura da realidade, *latus sensus*, e o objecto científico da própria ciência.

1.3. O que se pretende neste breve trabalho é chamar a atenção para a importância do conceito de Racionalidade, para o seu impacto na construção dos restantes conceitos da Economia, mostrar a sua pouca transparência conceptual e chamar a atenção para a possibilidade de alguns percursos alternativos no seu estudo, isto é, na concepção da própria Ciência Económica.

2. A Racionalidade no Centro da Economia Política

2.1. Quando se estuda o Homem ninguém será capaz de negar a existência de Indivíduos e de Sociedade e que cada uma dessas realidades não pode existir sem

² Ver MINGAT & Outros, 1985

³ Isto é, mantendo-se tudo o resto constante

outra. As concepções mais “socializantes” nunca o esqueceram e até o idealismo solipsista teve de encontrar forma de conceber um “pensamento colectivo”.

Apesar desta aparente unanimidade são muito profundas as diferenças de entendimento do que elas são e da importância relativa de cada uma delas. Para uns o Indivíduo é a realidade dominante e a Sociedade não é mais do que um somatório de indivíduos, onde será eventualmente de admitir mecanismos de compatibilização ou de manifestação da correlação de forças. Para outros a Sociedade é uma realidade própria, com um conjunto de estruturas e dinâmicas, em que os indivíduos são partes de um todo, com grande dificuldade, senão impossibilidade, de alterar o rumo dos acontecimentos. Para outros ainda a referida dicotomia é demasiado simplista e consideram um conjunto, mais ou menos vasto, de estruturas intermédias, formais ou informais, visíveis ou subterrâneas. Em quase todos os casos Indivíduo, Instituição e Sociedade são realidades, mais ou menos estruturadas, abertas ao exterior, influenciadas e influenciadoras, localizadas no espaço-tempo.

Entre estas diversas posições extremas existem múltiplos matizes e combinações e variegadas formas de conceber as ligações e as relações, seja nos modelos gerais, essencialmente dependentes das concepções filosóficas e metodológicas subjacentes, seja nos modelos parciais e operacionais, conjuntamente determinados por aqueles e pelos horizontes temporais e âmbito do estudo.

Provavelmente a melhor forma de tratar esta coexistência de Indivíduo-(Instituição)-Sociedade seria concentrando a atenção na Relação existente entre esses termos, não enquanto articulação à posterior dos termos, mas como realidade primeira geradora destes. O facto de a realidade ser uma e não ser concebível um dos termos sem os outros aconselharia a adopção da relação, simultaneamente harmónica e conflitual. Uma leitura com conteúdos e entoações diferentes conforme o ângulo de observação e o posicionamento do observador na relação. Provavelmente este seria um percurso metodológico mais adequado, que hoje se começa a vislumbrar. A lógica dialéctica - numa terminologia mais ampla, a lógica paraconsistente - e multivalente - provavelmente infinitovalente - são caminhos a que ainda não estamos habituados nos conhecimentos corrente e científico.

A Economia tem tido ao longo da sua história diversas posturas, como dissemos, muitas das quais continuam a perdurar hoje na conflitualidade interna existente. O Neoclassismo, o Keynesianismo e o Marxismo continuam a ser os grandes pólos catalizadores do debate.

As correntes dominantes, enfeudadas ao Neoclassismo, privilegiam o indivíduo quase até à exaustão. A Economia é a ciência das escolhas que têm que seleccionar objectivos e adequar da melhor forma os meios disponíveis, necessariamente escassos, para atingir os objectivos definidos. Segundo alguns de toda e qualquer escolha, segundo outros das escolhas directamente relacionadas à reprodução da base material de existência da sociedade (produção, circulação, distribuição). Em todos os casos escolha em ambiente de “escassez”.

A Ciência Económica concebida desta forma tem de dar uma grande importância às motivações individuais, tem de procurar a lógica das opções dos indivíduos ou

instituições (em que as empresas são o fulcro) perante os problemas que enfrentam. A relação indivíduo-bem, a satisfação das necessidades, a decisão na base da satisfação obtida com a última unidade utilizada do bem e a hipótese da utilidade marginal decrescente estão no cerne das considerações.

A lógica dos comportamentos pressupõem um conhecimento e uma opção racional antes da acção, tendencialmente considerada sem restrição. A essa lógica chama-se Racionalidade - eventualmente Racionalidade Económica - e está no cerne da Ciência Económica.

2.2. Uma concepção da Ciência Económica assente na gestão de recursos escassos, com um forte pendor pragmático - a verdade é a capacidade de prever, cujas explicações assentam na subjectividade do comportamento individual, é sempre uma ciência entre o ser e o dever ser:

O paradigma neoclássico transporta em si uma ambiguidade protectora. Assentando num conjunto de princípios enunciadores de uma situação ideal de funcionamento do económico (por isso mesmo irrealistas) e considerando-se confrontável com a realidade é uma teoria normativa (que combate) sob a capa do positivismo (que não respeita). Entre o ser e o dever ser está um terreno sem limites. Esta atitude é coerente com a definição de Economia (igual a “Ciência Económica” ou “Economia Política” na nossa terminologia) como ciência-arte da gestão dos recursos escassos (PIMENTA, 1998b)

A componente normativa, permanentemente camuflada emerge no objecto científico como a lógica de comportamento que deveria ser seguida para que houvesse uma optimização de resultados. Mesmo quando as concepções científicas se manifestam mais vincadamente e a cientificidade sobrestima a descrição dos factos aquela racionalidade optimizadora surge com foros de cidadania. Quão fénix, sobrevive ao positivismo e a Racionalidade continua a estar no centro do objecto científico.

2.3. Este percurso entre o ser e o dever ser manifesta-se de diversas formas. Uma delas conduz à grande importância atribuída à análises *ex ante*, isto é, ao estudo de como os “agentes económicos” interpretam as situações conducentes às acções. Antes de agirem, com as informações disponíveis, os agentes - indivíduos ou instituições classificados segundo as funções que exercem - equacionam meios e fins e analisam e comparam possibilidades. Frequentemente infinitas possibilidades, como surge paradigmaticamente nas curvas de oferta e procura - que representam intenções de compra e venda para cada um dos infinitos níveis de preços relativos. As análises *ex ante* e *ex post* são frequentemente baralhadas numa tentativa de quantificar o que não é quantificável - por exemplo através da quantificação de uma curva de procura *ex post* que só é concebível *ex ante*⁴ - mas aquelas têm um lugar central na Economia.

Enquanto estudo de realidades *ex ante* a Economia é por excelência uma ciência da racionalidade.

⁴ Ver (PIMENTA, 1998a)

2.4. Os aspectos anteriormente referidos são mais que suficientes para percebermos a posição central ocupada pela Racionalidade entre os conceitos: 1) indispensável para delimitar o objecto teórico da Economia; 2) para a partir dele, em desdobramentos sucessivos metodologicamente determinados, dar lugar a muitos dos restantes conceitos manipulados por aquela ciência.

Convirá, no entanto acrescentar, duas outras razões para a importância atribuída à Racionalidade:

a) A Ciência Económica surge quando se aceita que a “sociedade civil” tem uma “vontade própria” que a permite autonomizar-se de Deus e do Estado. Esta autonomização desponta com os primeiros fumos da revolução industrial, a qual traz novas formas de organização da sociedade, que parecem abalar os hábitos constituídos, a tradição e os poderes que amarravam a iniciativa empreendedora.

Tanto a autonomização da “sociedade civil” como as novas formas de organização exigiam a emergência de uma Razão para as coisas acontecerem de determinada forma.

b) A tradição cultural greco-romana, de que a sociedade europeia é filha, privilegiou naturalmente a racionalidade, à qual é atribuída um conjunto de atributos: consistência (não contradição), autonomia (em relação à autoridade, paixão, revelação, sensibilidade), inteligibilidade do real (incluindo da própria racionalidade), universalidade (aplicação a todo o ser) e unidade (uniforme nas suas diversas aplicações).

2.5. Aceite uma determinada racionalidade, por hipótese ou em resultado de investigações económicas ou antropológicas nesse sentido, classificam-se os intervenientes na actividade económica, estruturam-se os conceitos de procura e de oferta, toma corpo a noção corrente de mercado, formulam-se leis e, através delas, explica-se o funcionamento de uma parte da sociedade, quiçá da totalidade. A Racionalidade é mais do que um simples conceito económico, é uma das bases a partir das quais se constrói a totalidade do edifício teórico.

Sendo de tal importância, e Godelier tem razão quando diz que atribuir um certo significado à Racionalidade é simultaneamente explicar a realidade e construir a própria ciência que a explica, seria de esperar que os economistas dedicassem muita atenção ao seu conteúdo, estudassem profundamente o seu significado, assentassem as baterias da sua crítica sobre um conceito tão primordial. Seria de esperar tudo isso se a racionalidade que postulavam fizesse parte dos seus próprios comportamentos, mas não é isso que acontece.

Apesar do seu significado estar eivado de ambiguidades e problemas, como constataremos no próximo ponto, a categoria racionalidade muito raramente é analisada. Quando a teoria do valor era matéria quase obrigatória dos trabalhos de Economia ainda se fazia um sobrevoos sobre o problema (embora também aí dominasse a ideia de que a teoria do valor mais não seria que uma análise da essência dos preços), mas com o domínio do positivismo e do pragmatismo a discussão foi completamente fechada.

A racionalidade plena e otimizadora é um axioma. Um axioma que não é revisto nas suas vertentes essenciais nem quando a Psicologia, nomeadamente a Psicologia Económica, a Antropologia, a Sociologia ou a História chamam a atenção para a fantasia do seu conteúdo: se o objectivo é explicar a realidade não serão os modelos sempre simplificações que comportam uma certa fantasia? se o objectivo é prever será mesmo necessário o realismo das hipóteses? se as outras ciências mostram à sociedade a incoerência da racionalidade olímpica⁵ não será apenas de fazer algumas restrições, como seja o da plenitude da informação? É contra estas tendências de esquecimento de um conceito tão central que aqui estamos.

2.6. As ciências sociais possuem uma grande quantidade de conceitos, interligados entre si em múltiplas relações e em variegados modelos. Há uma interdependência entre eles e a revisão de uns pode acarretar efeitos de retroacção e de alterações em cadeia, particularmente patentes nas revoluções científicas. São sistemas cuja validação se faz através de várias vias (cultura, comunidade científica, realidade social em transformação, coerência interna), embora em cada momento possa predominar uma ou outra.

Um sistema com estas características (muitos elementos, interacção e não-linearidade, reprodução-retroacção-reestruturação, em transformação) apresenta fortes probabilidades de ser altamente sensível às condições iniciais, isto é, de variações infinitesimais em alguns conceitos gerar impactos em cadeia que provocam profundas transformações da totalidade. Sê-lo-ão particularmente em certas circunstâncias, em certos momentos.

Será este um desses momentos? Provavelmente ainda não. A ciência aceite pela comunidade científica ainda é capaz de deglutir as variantes, de assimilar as diferenças, subestimar as críticas, mas admito que existem tendências que apontam para a possibilidade desta situação se alterar: o perdurar de algumas situações dramáticas na vida das sociedades sem que a Economia dê uma resposta adequada, o agravamento das desigualdades sociais resultantes das actuações de inspiração neoclássica, a emergência de leituras da complexidade.

3. Ambiguidades e Protótipos

3.1. Se há um entendimento relativamente claro do que se designa por racionalidade - mesmo que se considere que as evoluções filosófica e científica ponham em causa alguns dos cinco princípios caracterizadores anteriormente apresentados - o mesmo não se passa quando se lhe acrescenta o adjectivo “económico”.

E não se trata apenas do facto de haver a referida conflitualidade interna e confrontarem-se diferentes definições, isto é, diferentes objectos teóricos e

⁵ isto é, específica dos deuses. Ver (SIMON, 1989)

metodologias. Para uns a racionalidade económica é a racionalidade aplicada aos assuntos designados de económicos, independentemente da definição subjacente, enquanto para outros é um determinado tipo de racionalidade, independentemente da matéria a que se aplique. Se este tipo específico de racionalidade se aplicasse exclusivamente aos referidos assuntos designados de económicos haveria uma convergência de posições, mas nada garante que assim seja.

Na primeira postura se coloca Marshall quando considera que a racionalidade engloba todos os comportamentos do “grupo industrial”, pretendendo estabelecer um contínuo entre todos os tipos de comportamento (racionalidades) efectivamente existentes e que também se manifestam no mundo dos negócios (MARSHALL, 1988):

“Na presente obra considera-se acção normal aquela que se espera, sob certas condições, dos membros de um grupo industrial, e não se tenta excluir a influência de quaisquer motivos, cuja acção seja regular, somente porque sejam altruísticos. (...) princípio de continuidade.: (4) “aplicado não só à qualidade ética dos motivos pelos quais um homem pode ser influenciado na escolha de seus fins, mas também à sagacidade, à energia e à disposição com que os procura.” (4) “Do mesmo modo que não existe uma linha nítida de divisão entre uma conduta que é normal e a que deve ser provisoriamente desprezada como anormal, assim também não há nenhuma entre os valores normais de um “lado e, de outro, os valores “correntes”, “do mercado” ou “ocasionais”” (4) o elemento tempo, que é o centro das principais dificuldades de quase todos os problemas económicos, é, em si mesmo, absolutamente contínuo” (5) “embora haja uma linha nítida de divisão entre o próprio homem e os meios que ele usa, e ainda que a oferta e a procura dos esforços e sacrifícios humanos ofereçam particularidades que lhes são próprias e que não são comuns à oferta e à procura de bens materiais, ainda assim tais bens materiais, em Última análise, são geralmente, eles mesmos, o resultado do trabalho humano.” (5) “Tem havido sempre uma tentação para classificar os bens económicos em grupos claramente definidos, (...) : Mas grandes males talvez tenham sido causados pelos que, não resistindo à tentação, traçam, artificialmente, largas linhas de divisão onde a Natureza não traçou nenhuma.” (5) “A noção de continuidade no que diz respeito à evolução é comum a todas as modernas escolas do pensamento económico” (6)

Se estas lúcidas preocupações manifestadas na primeira edição da sua obra fundamental não foram concretizadas pela dificuldade de abarcar tão grande diversidade de situações num modelo único, não deixam de dar um claro sentido a esse entruzamento entre a diversidade humana, um comportamento humano aplicável a todas as situações da vida e o mundo dos negócios.

Este “mundo dos negócios” é o produto da revolução industrial. Segundo Lange está datado, tem como referência fundamental a empresa, a milagreira da riqueza das nações sem o beneplácido régio, e representa uma ruptura em relação a outras formas de raciocinar e viver em sociedade:

“Por conseguinte, na economia mercantil e monetária, tanto o fim como o meio da actividade de ganho são cortados da tradição. A actividade de ganho torna-se uma actividade baseada no raciocínio, ou seja, uma *actividade racional*. (...) A passagem da actividade económica tradicional e costumeira para a actividade de ganho tradicional, ou seja, a *racionalização* da actividade económica, efectua-se

progressivamente, de modo simultâneo e proporcional ao desenvolvimento das relações mercantis e monetárias. (...) O desenvolvimento das relações mercantis e monetárias, e sobretudo o modo de produção capitalista, isolando e generalizando a actividade de ganho, dando-lhe o carácter de uma actividade racional baseada no raciocínio, introduziram também a mensurabilidade e a comensurabilidade do fim e dos meios desta actividade. (...) A quantificação do fim da actividade de ganho provoca o desejo de atingir o máximo (...) O desejo de atingir o lucro máximo em dinheiro desenvolve-se paralelamente ao desenvolvimento das relações mercantis e monetárias” (LANGE, 1963, 148/53)

Na segunda posição encontramos autores como Pareto para quem a racionalidade estudada pela ciência económica é a inerente às acções lógicas, repetidas, na satisfação dos gostos:

“Podemos, portanto, por abstracção, distinguir: 1) as acções não lógicas; 2) as acções lógicas. Dizemos: por abstracção, porque nas acções reais os tipos estão quase sempre misturados e uma acção pode ser, em grande parte, não-lógica e, em pequena parte, lógica, ou vice-versa. (...) não-lógica não significa ilógica” (29/30) (...) estudaremos as acções lógicas, repetidas em grande número, que os homens executam para buscar as coisas que satisfazem os seus gostos” (PARETO, 1988, 79)

havendo uma certa coincidência entre a as acções lógicas deste autor e as acções teleológicas de Max Weber.

Ainda para outros autores, como Mises estas distinções são sem interesse porque La acción humana es siempre racional. El hablar de «acción racional» supone incurrir en evidente pleonismo u, por tanto, debe rechazarse tal expresión. Aplicados a los fines últimos de la acción, los términos racional e irracional no son apropiados y carecen de sentido. El fin ultimo de la acción siempre es la satisfacción de algún deseo del hombre actuante. Puesto que nadie puede reemplazar los juicios de valoración del sujeto en acción por los propios, vano resulta enjuiciar los anhelos y las voliciones de los demás (MISES, 1986, 46)

Esta postura tanto pode significar que tudo no comportamento humano é racional como que só se deve considerar o homem à imagem dos modelos explicativos elaborados, os quais têm como axioma essa mesma realidade.

3.2. Na diversidade de interpretações da racionalidade e sobretudo da sua intercepção com o económico aparece de comum uma preocupação em encontrar um conjunto de características da racionalidade que possa ser aplicado à totalidade ou à grande maioria dos intervenientes na actividade económica. Como afirma Menger a consideração da liberdade humana, da diferença entre os diversos intervenientes, seria a negação da própria ciência porque seria impossível construir leis.

Assim se considera o que é normal e se afasta ou se despreza o que não o é. Assim se procura justificar uma unanimidade de comportamentos individuais pela “natureza humana” ou pela dinâmica objectiva da sociedade e a imposição desta sobre os comportamentos individuais. Assim se reconhece uma diversidade de padrões possíveis de comportamento mas concentra-se a atenção nos mais frequentes.

Existem profundas diferenças entre estas diversas posições: umas conduzem à ahistoricidade e outras a uma visão histórica e social; umas a uma leitura “macroeconómica” e outras a interpretações “microeconómicas”; umas identificam a Economia com a Física e aí fundamentam a cientificidade dos enunciados e outras privilegiam as leis probabilísticas. Também as relações entre estas posturas e as classes sociais são bastante diferentes, assim como o são os seus impactos na dinâmica social. Nunca podemos esquecer esse aspecto, mesmo quando chamamos a atenção para um elemento comum: as leis económicas constroem-se na base da simplificação da realidade segundo os princípios cartesianos e através da explicitação da média, do normal ou do mais frequente.

3.3. Esta preocupação pela uniformização, da qual se distinguem autores como Adam Smith, Karl Marx ou Alfred Marshall (no texto referido) facilmente desemboca em arquétipos.

O “homem económico” é o *robot* mais acabado que a Ciência Económica construiu. Segundo os seus artífices é a representação ideal do homem mas nem por isso diferente dos homens, pois foi construído segundo a essência humana. A alta qualidade desta, eterna e essencialmente imutável, faz pensar que foi obtida nos laboratórios do panteísmo pela liquidação integral da matéria, como nos descreve Capek. É um *robot* construído à imagem do homem mas que o suplanta no mundo dos negócios. Bem equipado de aberturas ao exterior está totalmente informado. Contendo um computador com uma potência até hoje desconhecida e que não é perturbado por emotividades e experiências passadas geradores de marcadores psico-somáticos⁶ compara todos os objectivos (ilimitados) com todos os meios (limitados) disponíveis. Os seus programas de investigação operacional permitem-lhe encontrar sempre a melhor escolha. Tendo-se autonomizado dos criadores, sendo capaz de se autoreconstruir, e vivendo num tempo sem história e num espaço sem sociedade, consegue uma liberdade de actuação que faz com que esta seja a expressão fiel das opções assumidas. Os seus comportamentos são perfeitamente previsíveis, mesmo quando “efeitos perversos” não nos permite, simples humanos, vislumbrar.

O “homem económico” possui além de todas as virtudes anteriormente referidas a santa contradição de ser semelhante a todos nós e ser uma espécie em extinção.

3.4. Não podemos esquecer que estas maneiras de pensar a racionalidade permitiu que a Ciência Económica avançasse, abarcasse cada vez mais espaços, dominasse técnicas mais refinadas, alargasse o objecto de estudo e fosse capaz de uma interpretação satisfatória de muitos e muitos aspectos da sociedade. Não podemos subestimar as preocupações filosóficas, epistemológicas e económicas dos muitos autores que se preocuparam directamente com a racionalidade, atribuindo-lhe este ou outro nome.

Quando hoje olhamos para estas formas de encarar a racionalidade não podemos nem devemos escamotear todos estes aspectos mas também temos de ter bem presente que na actual fase de desenvolvimento social e científico pode ser um

⁶ Ver (DAMÁSIO, 1996)

empecilho. As correntes hoje dominantes manipulam o “homem económico” como guardião de uma ditadura de saberes que não admite o discurso diferente, que deixou há muito de reflectir criticamente, que serve maravilhosamente os interesses das empresas multinacionais.

Por isso apenas propomos que se tente um outro olhar sobre a racionalidade. Um olhar que é difícil de ter, de tão habituados que estamos a pensar segundo determinados padrões. Propomos um exercício de reflexão que quebre algumas das rotinas do passado.

4. Algumas Hipóteses de “Novos” Percursos

Perante as ambiguidades anteriormente referidas e as consequências que terão sobre o conjunto do edifício teórico, somos levados a apresentar algumas sugestões de percursos alternativos, eventualmente unificados na temática e no esforço da construção de uma leitura heterodoxa das problemáticas económicas, que é, como temos vindo a afirmar contra os «colégios invisíveis» e os caminhos fáceis, uma imperiosidade social, científica e ética:

Social porque será de admitir que quanto maior for a inteligibilidade humana sobre o Homem maiores são as possibilidades de construir o futuro e de actuar de forma a que este seja melhor para a grande maioria da sociedade. Científica porque a análise crítica de um modelo reduz a subjectividade inevitavelmente inerente à sua construção, porque a apresentação de posições divergentes é sempre um bom exercício intelectual e o possível despontar de rumos alternativos, porque as «revoluções científicas» passam sempre pelo aparecimento de vozes discordantes, que por vezes se limitam a dizer que «o rei vai nu». Ética porque impõe-se a cada homem, incluindo os cientistas, exercitar o seu livre arbítrio, afirmar a sua identidade, comportar-se em todos os aspectos da sua vida de acordo com os seus princípios, no quadro das leis da convivência social. (PIMENTA, 1998a, 4/5)

4.1. Racionalidade “Real”

Quando analisamos as diversas concepções de racionalidade que os economistas foram desembrulhando, com maior ou menor aparato, ao longo da história, naquele balancear entre o “ser” e o “dever ser” a que fizemos alusão, somos levados a admitir que frequentemente “racionalidade é a lógica de raciocínio e de comportamento atribuída pelos economistas aos agentes económicos (para que os seus modelos existam e «funcionem»)”(PIMENTA, 1990, 40). Se pretendermos que a Economia seja uma ciência explicativa da realidade tal postura, que podemos designar de idealista, é manifestamente inadequada. Temos de ter cuidado para não “deitar fora o bebé com a água do banho”, pois essas posturas dos economistas podem encerrar vertentes válidas que expliquem alguns aspectos

da dinâmica social na reprodução da sua base material, mas globalmente não nos podem satisfazer.

É necessário reencontrar uma concepção de racionalidade (económica) que faça a leitura dos comportamentos humanos. É necessário um esforço da Economia para conseguir compreender o comportamento humano nas suas múltiplas determinações e a partir dele reconstruir os seus modelos. É um esforço que a Economia tem de fazer mas que sozinha nunca conseguirá plenamente.

A reconstrução da leitura da racionalidade real exige três direcções de trabalhos que partem de uma mesma preocupação e que convergem, assim o admitimos, no fornecimento de um conjunto de elementos úteis para um repensar da importância desse conceito e da melhor forma da Economia a tratar:

1. Adam Smith está na base de quase todas as escolas do pensamento económico. Os neoclássicos expressamente se reconhecem como descendentes dele e de Ricardo. As suas posições individualistas encontram fundamentam em muitas das passagens daquele autor. Existe no entanto um contra-senso entre as posturas de uns e outros. Adam Smith baseia toda a sua análise, nomeadamente o egoísmo capaz de gerar o bem-estar social, na divisão social de trabalho. O indivíduo comporta-se de tal forma e esse comportamento, pela interligação com o dos restantes, gera uma determinada situação social porque o indivíduo e os seus comportamentos são partes integrantes desse todo social que encontra na divisão de tarefas, na especialização, “no gosto pelo comércio”, a sua origem e natureza.

Se a absolutização do indivíduo, entendido como realidade totalmente autónoma dos restantes, ou da sociedade, a consideração de um destes termos da relação como um epifenómeno do outro, são posturas que já anteriormente considerámos como inadequadas, acrescentamos agora que a postura solipsista é também uma contradição com alguns dos seus pressupostos. Nem a “natureza humana” escapará a esse contexto social de manifestação.

A procura da racionalidade real exige a consideração da relação indivíduo-sociedade, eventualmente com a intermediação das instituições, *latus sensus*.

2. O “fenómeno social total”, a “indissociabilidade da racionalidade tecnológica e do mito”, o “papel ideológico da racionalidade tecnológica” (CUSTÓDIO, 1997, 180), a mudança como única realidade permanente, a natureza social do espaço-tempo são razões bastantes para afirmarmos inequivocamente que o trabalho que propomos só é inteiramente possível com o concurso de diversas ciências sociais (Antropologia - a ciência que mais cedo alertou os economistas para a necessidade de analisarem o conceito de racionalidade -, Economia, Psicologia, Sociologia, História, Teoria das Ideologias, Linguística, Geografia), utilizando eventualmente algumas das suas especializações (Sociologia Económica, Psicologia Económica, Antropologia Económica, etc.).

A unidade do objecto real é condição necessária mas não suficiente para o surgimento da referida interdisciplinaridade e da capacidade dos diversas cientistas se escutarem, se lerem, dialogarem. Para tal é necessário que os objectos teóricos de cada uma das ciências reconheçam áreas de convergência com as restantes. O desenvolvimento das novas lógicas, a compreensão da “dimensão fractal” dos fenómenos sociais, a importância atribuída à “complexidade” e os esforços para se encetar uma sua “leitura directa” são aspectos geradores da condição suficiente. Além disso chama a atenção que reinterpretar a racionalidade real é também reconstruir a racionalidade teórica e o estatuto científico da sua leitura. Alerta que a Filosofia da Ciência, a Gnoseologia e a Epistemologia, a Lógica, assim como, as Matemáticas, também são conhecimentos chamados a participar neste esforço interdisciplinar.

Poderá dar lugar a novas metodologias e ao aparecimento de novas áreas científicas.

3. Quando nos colocamos no campo estritamente económico constatamos que, apesar das diferenças entre as diversas posturas e do “irrealismo” de algumas, todas as leituras da racionalidade reflectem alguns aspectos do comportamento dos “agentes económicos”. Temos chamado a atenção em diversos trabalhos por este facto e para a sua consequência: há que saber lançar pontes entre os diversos paradigmas em confronto restringindo as áreas de conflitualidade insanável às que são o resultado da luta social inultrapassável. Simultaneamente há que constatar que nem todos os modelos têm a mesma capacidade explicativa. Reduzindo as controversas em torno da racionalidade ao confronto entre a teoria do valor-trabalho e a teoria do valor-utilidade mostramos há alguns anos que aquela não só é mais ampla na sua leitura da realidade como é capaz de explicar o conteúdo desta (PIMENTA, 1990). Falámos, por isso, em diversos “níveis” de racionalidade a que corresponderia igualmente uma hierarquização conceptual. Admitindo que a ciência é a descoberta do encoberto designamos por “racionalidade em profundidade” a resultante da teoria do valor-trabalho.

Em síntese, há que fazer um esforço de interligação entre diferentes paradigmas e de hierarquização conceptual.

4.2. Racionalidades Marginalizadas

O estudo da racionalidade é a análise da razão pela razão e a razão-objecto amiudadamente apresenta-se imperceptivelmente como razão-autoimagem-do-objecto. Para a Economia a racionalidade-que-é comporta a racionalidade-que-deve-ser e os nossos referenciais racionalistas procuram encontrar na sociedade em que vivemos e em cada um de nós alguns sinais desta racionalidade-limite. Quando a Economia observa os outros, desarmada das metodologias

antropológicas, acaba por tender a ver o que se pretende. O homem europeu só ao transformar-se em *papalagi*⁷ encontra alguma das suas próprias raízes.

A interdisciplinaridade a que fizemos alusão no ponto anterior poderá ajudar a reequacionar a construção económica da racionalidade, mas a compartimentação científica actual, fruto de séculos de descoberta e de avanço científico, exige que aquela seja acompanhada de uma reanálise do conteúdo de cada uma das ciências sociais. Só assim os contributos dos outros não são alheios (neste caso extra-económicos) e marginalizados nos modelos elaborados.

O estudo dos comportamentos económicos dos sectores que não são considerados “normais”, que são pouco “prováveis” e sem “relevância” social e a consequente elaboração de modelos em conformidade é uma razoável via de modificar o nosso ponto de vista.

Se analisarmos o “homem económico” da Ciência Económica constatamos que ele tem algumas parecenças com as empresas capitalistas (inseridas na economia capitalista e com uma lógica concorrencial e maximizadora) com capacidade de influenciarem o mercado, estejam no âmbito da economia legal ou subterrânea. Também alguns consumidores finais, famílias na terminologia económica, poderão ser englobados no conjunto dos que se aproximam daquele limite. De fora ficam todos os demais: empresas do sector informal, empresas sem capacidade de liderança, a grande maioria dos consumidores finais, o Estado, todos os que produzem com uma estratégia de sobrevivência; regiões, países, continentes.

Não é necessário procurar as racionalidades marginais na América Latina ou em África porque elas estão connosco e em nós. Poderemos no entanto utilizar África como um espaço social dramaticamente privilegiado para estudar a racionalidade marginalizada resultante da «socialização alienante» (dia a dia reproduzida por leituras tecnocratas e de organismos internacionais), da sobreposição de modos de produção, das profundas desigualdades económicas e sociais, da desarticulação cidade-campo.

No meio deste percurso o próprio significado do “normal” ou “mais provável” quebrar-se-á quão ferramenta incapaz de suportar a força dos novos caminhos.

4.3. Diferenças de Racionalidade

De uma forma genérica podemos dizer que a Economia procura regularidades nas sucessões dos acontecimentos que estuda quando os procura captar na sequência temporal e zonas de concentração dos factos a estudar, incidindo a sua atenção no “centro de gravidade”. A atenção sobre a racionalidade “normal” conduz exactamente à mesma situação.

Por outras palavras, faça-se corresponder a cada indivíduo i um comportamento explicável pela racionalidade r . Chamemos a essa aplicação f e temos a função $r=f(i)$. Ao conjunto de indivíduos $\{i_k\}$ com $k=1, 2, \dots, n$ corresponde o conjunto

⁷ Nome dado ao homem europeu e título de uma obra com o mesmo nome de grande sucesso no mundo ocidental.

de racionalidades $\{r_k\}$ com o mesmo número de elementos, sem qualquer restrição de valores.

Podemos dizer, grosso modo que

- I. O nosso objecto de explicação é r
- II. Se
 - A. há uma grande dispensação nos valores de r , não sendo viável encontrar um subconjunto significativo de valores próximos, podem-se ter duas atitudes:
 1. considera-se que o fenómeno de racionalidade em observação não é susceptível de explicação científica
 2. considera-se a média $((r_1+r_2+\dots+r_n)/n)$ e concentra-se a atenção sobre ela
 - B. é possível considerar subconjuntos de racionalidades que apresentam entre si uma certa proximidade (tal que $|r_k-r_{cg}|<a$ para um valor de a relativamente pequeno e previamente definido em função do problema em estudo, sendo r_{cg} um valor escolhido que possa constituir o “centro de gravidade”) e algum desses subconjunto é uma percentagem significativa do universo. Então pode-se
 1. concentrar a atenção no “centro de gravidade” do subconjunto mais significativo
 2. concentrar a atenção nos diversos “centros de gravidade” e fazermos uma análise probabilística considerando que todos eles fazem parte da mesma realidade de estudo
 3. isolamos cada um dos “centros de gravidade” através da explicitação de um terceiro elemento que fracciona o universo anteriormente considerado e remetemos para B.2.a.

É para descrever esta atitude científica que temos frequentemente afirmado que a Economia só se preocupa com as médias e despreza totalmente a dispersão.

Se considerarmos a relação indivíduo-sociedade poderemos admitir que a sociedade tanto é o espaço de manifestação das regularidades como das diferenças. Se no actual estágio de desenvolvimento dos nossos conhecimentos apenas conseguimos explicar as regularidades, então que se concentre também a atenção sobre as regularidades das diferenças.

Recorrendo à simbologia anterior façamos corresponder a cada r_k um r'_k que é o vector das diferenças entre r_r e todos os valores desse conjunto: $r'_k=\{r_k-r_1, r_k-r_2, \dots, r_k-r_n\}$ e apliquemos os procedimentos anteriormente referidos, se necessário, se não se encontrar outra via de tratar o assunto, a r'_k .

Breve Nota Final

Insistamos no que já foi dito.

Estes percursos não podem ser assumidos exclusivamente pelos economistas. A interdisciplinaridade poderá ser a chave do sucesso. Uma interdisciplinaridade

que englobe investigadores sociais (antropólogos, historiadores, sociólogos, economistas, psicólogos) investigadores das ciências que operacionalizam os modelos que aqueles constroem (lógicos, matemáticos).

Todo o mundo é um laboratório mas a África está no centro das experiências possíveis, se formos capazes de fazer a sua leitura.

Ler, compreender, transformar.

Bibliografia Citada

BOSTON, Thomas D. & Outros

(1997) *A Different Vision - African American Economic Thought*

Londres, Routledge, 2 Vol. 312 e 435

DAMÁSIO, António R

(1996) *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*

Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 308

GODELIER, Maurice

(sd) *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*

Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 396

GONÇALVES, A CUSTÓDIO

(1997) *Questões de Antropologia Social e Cultural*

Porto, Afrontamento, pp 196

KEYNES, John Maynard

(1964) *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*

Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, pp. 366

LANGE, Oskar

(1963) *Moderna Economia Política. Problemas Gerais*

Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, pp. 377

MARSHALL, Alfred

(1988) *Princípios de Economia*

São Paulo, Nova Cultural, 2 Vol.

MARX, Karl

(1969) *Le Capital*

Paris, Editions Sociales, 8 vol.

MENGER, Carl

(1988) *Princípios de Economia Política*

São Paulo, Nova Cultural, pp. 185

MINGAT, A. & SALMON, P. & WOLFELSPERGEN, A.

(1985) *Méthodologie Économique*

Paris, PUF, pp. 576

MISES, Ludwig von

(1986) *La Accion Humana. Tratado de Economia*

4ª. ed., 1986, Madrid, Union Editorial

PARETO, Vilfredo

(1988) *Manual de Economia Política*

- São Paulo, Nova Cultural, 3ª ed., pp.183
- PIMENTA, Carlos
(1990) “Economia Política e Racionalidades”
Estudos Econômicos, 20/Esp, pág. 39/58
(1996a) “Economia, Dialéctica e Caos”
Porto, FEP, *Investigação Economia* 56, pp. 16
(1996b) “Pluralismo Teórico nas Ciências Sociais. Uma Batalha Necessária”
Diagonal, nº 1, pág. 20/32
(1997) “Quelques hypothèses pour des nouveaux paradigmes”
Comunicação escrita apresentada na 9ª International Conference on Socio-Economics, organização do SASE, Universidade de Montreal, 5-7/Julho
(1998a) “Heterodoxias e o Conceito de Procura”
Boletim de Ciências Económicas, pp. 52
(1998b) “Alguns Caminhos Possíveis das Heterodoxias”
Comunicação ao II Encontro de Economia Política
- QUESNAY, FRANÇOIS
(1978) *Quadro Económico*
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 403
- RICARDO, David
(1983) *Princípios de Economia Política e de Tributação*
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 512
- ROBBINS, LORD
(sd) *Autobiography of an Economist*
Londres, Macmillan, pp. 301
- SAMUELSON, PAUL A.
(1987) *Economia*
Lisboa, McGraw-Hill, pp. 951
- SIMON, Herbert
(1989) *A Razão nas Coisas Humanas*
Lisboa, Gradiva, pp. 127
- SMITH, Adam
(1981) *Riqueza das Nações*
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vol.
- SRAFFA, Piero
(1979) *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*
Rio Janeiro, Zahar Editora, pp. 119
- WALRAS
(1988) *Compendio dos Elementos de Economia Política Pura*
São Paulo, Nova Cultural, pp. 235
- WEBER, Max
(1987) *Economia y Sociedad*
México, Fondo de Cultura Económica